
Uma, duas, quantas edições?

Os argumentos sobre a contrafacção de *Os Lusíadas* no século XVI

One, two, how many editions? The arguments about the counterfeiting of Os Lusíadas, in the 16th century

João Luís Lisboa

- 1 São pouco mais de três dezenas de exemplares, nas bibliotecas do mundo inteiro. No frontispício, pode ler-se:
“Impressos em Lisboa, com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinário: em casa de António Gonçalvez Impressor. 1572.”
- 2 Três dezenas de exemplares fariam desta edição de *Os Lusíadas* um livro não raríssimo, independentemente da sua importância. E, no entanto, um olhar mais atento logo nota muitas diferenças, algumas mais visíveis do que outras, diferenças que têm levado a discussões acesas desde há muitos anos. Não há, pois, em todas essas bibliotecas, trinta livros iguais, mas exemplares diferentes, onde a data 1572 é um dos elementos comuns. O que é que essas diferenças significam? Reedições no mesmo ano? Reimpressões? Complexidade do próprio processo de edição quinhentista? Pirataria, produzida em ano que por razões evidentes não se tornou público? Os principais argumentos que correm são conhecidos. Entretanto, sobretudo nos últimos doze anos, dados novos foram sendo publicados. Porquê então falar de um caso que não é novo?
- 3 Por duas razões. Uma razão próxima é o interesse em discutir as formas e a materialidade da imprensa para se compreender a história da edição. As gravuras, as letras, bem como o papel (que também se conhece em traços desenhados por papeleiros), fornecem contributos tanto ou mais importantes que os elementos textuais para a identificação das mãos e dos gestos de quem produziu cada livro. Esse motivo nasceu das discussões de um grupo de investigação, coordenado por Artur Anselmo, que se vem ocupando sistematicamente de questões de iconografia para o mapeamento, o mais completo possível, dos agentes da actividade livreira no Portugal moderno. Por si só, esse interesse já justificaria estas páginas.¹

- 4 Mas a principal razão, aquela que ultrapassa o programa de um grupo, é a necessidade de confrontar argumentos que vêm sendo apresentados em paralelo. Ou seja, argumentos inscritos em duas linhas que não se encontram (senão no infinito?). Se nem os argumentos nem as conclusões são novos, ao fazer o seu confronto, podemos chegar a resultados sólidos, e não apenas a mais dúvidas. Ou seja, a história da edição em Portugal e, em concreto, da recepção de *Os Lusíadas* nos finais do século XVI, ganha outros contornos.
- 5 Regressemos ao fio das primeiras edições. Após 1572, o livro foi merecendo os favores dos contemporâneos, e voltou a ser publicado, com sucessivos “melhoramentos” introduzidos pela censura.² São conhecidas as edições, ainda no século XVI, que saíram dos prelos de Manuel de Lyra. Em 1584 é impressa a edição dita “dos piscos”, num formato reduzido (in 8º, 15 cm). Em 1591 e 1597 o livro retoma o seu formato original em duas novas edições deste impressor (in 4º 20 cm). Entretanto, também em Espanha o texto era publicado, em edições concorrentes. Chamam a atenção, em particular, as duas traduções impressas no mesmo ano de 1580, uma em Salamanca (na oficina de Juan Perrier, com Luíz Gomes Tapia, tradutor) e outra em Alcalá (na oficina de Juan Gracián, com Benito Caldera, tradutor). Poucos anos mais tarde, em 1591, em Madrid, Guillermo Drouy publicaria uma nova tradução, desta vez feita por Henrique Garcez.
- 6 Esta série mostra o interesse que o livro suscitava, nesses anos, tanto em Portugal como em Espanha. Assim, quando, em 1639, a oficina de Juan Sanchez, em Madrid, prepara uma nova edição em português, com comentários em castelhano, de Manuel de Faria e Sousa, há já um conjunto considerável de edições a ter em conta, incluindo uma de Vicente Alvarez em 1612 e várias produzidas pelos Craesbeeck a partir de 1609. Sucede que Faria e Sousa, apesar de ter ficado com a fama de intervir abusivamente na obra lírica de Camões, pretendia publicar o texto original, prescindindo das “melhorias” que, em edições portuguesas, tinham entretanto sido introduzidas. Vai, pois, olhar para os livros de 1572. Tem acesso a mais do que um e verifica que não são iguais. É o texto que lhe interessa recuperar, mas é possível que, antes de se aperceber de outras diferenças, tenha imediatamente reparado na gravura do frontispício. Num exemplar, o pelicano está virado para a sua (do leitor) esquerda. Noutro, para a sua direita. Ainda nessa página, terá notado diferenças nas flores da gravura (no plinto) e nas letras.



Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal.
Ver <http://purl.pt/1>



Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal.
Ver <http://purl.pt/14997>

- 7 Avançando pelo texto, foi dando conta de diversos outros casos, alguns dos quais tinham interferência directa no que pretendia fixar. Pareceu-lhe logo plausível que, dado o sucesso do livro, logo em 1572 tivessem sido feitas duas edições, na mesma oficina. A quantidade e o tipo de diferenças impunham-se. A mais importante, e que veio a servir para identificar os exemplares (juntamente com o lado para que se virava o pelicano), estava no 7.º verso do Canto 1.º. Onde num exemplar se lia “E entre gente remota edificação”, noutra estava escrito “Entre gente remota edificaram”, aparentemente sem prejudicar a métrica do verso. Mas seguia-se um grande conjunto de variações (como “ão” em vez de “am” ou datação com numeração romana em vez de numeração árabe) e

pequenos erros, nomeadamente na foliação e na identificação dos cantos, na cabeça das folhas.

- 8 O mais curioso dos “erros” encontra-se no Canto 2.^o, no fólho 28, na segunda linha da terceira estrofe. Onde, num exemplar, se lê “Filho de Maia”, noutra lê-se “filho de Maria”. Para o compositor que escreveu “Maria”, nenhuma outra palavra faria sentido, e certamente nem pensou no assunto. E, no entanto, trata-se de uma das Plêiades, Maia, cujo filho Mercúrio é enviado para ajudar os navios de Vasco da Gama, perto de Mombaça, o que as edições comentadas de 1584 e 1613 explicam.
- 9 Partindo deste caso, as hipóteses de explicação apresentam-se sob duas formas. Ou numa primeira composição o erro passou despercebido e, alertado o impressor, quem sabe pelo próprio poeta, logo se corrigiu (não desaproveitando as folhas já impressas), ou numa cópia não controlada, o erro foi introduzido posteriormente em ano não identificado, noutra oficina. Qualquer destas hipóteses corresponde bem ao que conhecemos sobre como era o mundo da edição quinhentista. Por um lado, sabemos como, numa mesma edição, as folhas iam sendo impressas e emendadas, não se desaproveitando aquelas que já estavam prontas na feitura dos cadernos. Não podemos, pois, pensar em edição quinhentista como se estivéssemos perante a indústria tipográfica dos séculos seguintes, com produtos fixados no processo. Esta imagem sobre o que é a tipografia nesses anos perturba justamente a ideia de texto “fixo”, oposto ao que ocorria com o manuscrito. Pelo contrário, o objecto impresso apresenta-se-nos flexível, obrigando a seguir versões e variantes. Essa é a imagem actualizada que resulta de estudos sobre os livros quinhentistas em toda a Europa.
- 10 Por outro lado, acentuando essa flexibilidade, sabemos bem como a cópia não controlada, a contrafacção, se fazia, com impressores a apropriarem-se de textos de outrem, ou a mascararem a origem das suas produções mais sensíveis. São frequentes as queixas de autores e impressores relativamente aos que se aproveitam do sucesso de um livro, e lhes provocam danos tanto comerciais como de reputação, dada a frequente inferior qualidade das cópias.³
- 11 Tudo isto existe no mundo da edição, na época, e torna aceitável qualquer das explicações. Em boa verdade, a explicação menos plausível era a de Faria e Sousa, que admitia a existência de uma segunda edição, no mesmo ano, nunca mencionada por António Gonçalves.
- 12 Desde então, no que diz respeito a *Os Lusíadas*, duas correntes alternativas se foram constituindo. Pela tese das correcções progressivas numa mesma edição, posicionaram-se autoridades como o Morgado de Mateus (1817), Dias Agudo (1972) ou, mais recentemente, David Jackson (2001). Pela tese da contrafacção, em data e por oficina desconhecida, posicionaram-se Tito de Noronha (1880), José Maria Rodrigues (1921) e, mais recentemente, Artur Anselmo (2002) e João Ruas (2009).
- 13 Os primeiros problemas que se colocam são os seguintes:
- 14 Primeiro, é certamente um mistério (que a primeira tese não resolve) o facto de termos duas gravuras diferentes nos frontispícios, mas o problema aumenta quando encontramos três. Há um exemplar misto, justamente o único que na Biblioteca Nacional de Portugal mostra o pelicano virado para a direita, e onde a flor do plinto se parece com as dos frontispícios que têm o pelicano virado para a esquerda. É um caso único, em três dezenas de exemplares, mas existe. Verificando com atenção, podemos no entanto concluir que,

sendo mais parecida, as flores não são, contudo, iguais, pelo que se pode excluir que se trate da mesma gravura.

- 15 O segundo problema é que, no conjunto de mais de trinta exemplares conhecidos, não há apenas dois conjuntos distintos. Hoje é possível ver e comparar dezenas de exemplares em versões digitalizadas. David Jackson, que publicou um DVD-Rom com 29 exemplares completos, provenientes de bibliotecas de vários continentes, cruza um conjunto de vinte diferenças para chegar a uma conclusão imbatível. Conseguiu formar pelo menos nove conjuntos distintos e poderia ainda haver mais, se se resolvesse a cruzar outras diferenças.
- 16 Propõe, por isso, quatro tabelas, e uma quinta onde cruza as quatro anteriores.

Tabela 1. Frontispício e caderno prévio

	Pelicano	Flor	E ou EE	Alvará	ão ou am	Número de exemplares
1	Esquerda	A	EE	xxiii	ão	21
2	Esquerda	A	E	xxiii	am	1
3	Direita	B	E	vinte & quatro	am	10
4	Direita	B	E	xxiii	am	1
5	Direita	A	E	vinte & quatro	am	1

Tabela 2. Erros de foliação

1	15/13		72/69					145/154		19
2	15/13	22/32	72/69	118/108	104/114	117/121	128/122	145/154		2
3		22/32		118/108	104/114	117/121	128/122	145/154		1
4		22/32		118/108	104/114	117/121	128/122		149/154	10
5		22/32			104/114	117/121	128/122		149/154	1

Tabela 3. Erros na identificação de cantos

	Fl. 23	Fl. 65	Fl. 99	Fl. 100	Fl. 103	Fl. 148	Fl. 152	Fl. 160	
1	Segundo	Terceiro	Sexto	Sexto	Qvinto	Octavo	Octavo	Octavo	18
2		Terceiro					Octavo		1

3	Segundo	Quarto	Sexto	Sexto	Qvinto	Octavo	Octavo	Octavo	2
4	Primeiro	Quarto	Qvinto	Qvinto	Qvinto	Nono	Nono	Octavo	1
5	Segundo	Quarto	Qvinto	Qvinto	Qvinto	Nono	Nono	Nono	4
6	Primeiro	Quarto	Qvinto	Qvinto	Qvinto	Nono	Nono	Nono	7

Tabela 4. Cabeçalhos de folhas

	F. 114	F. 116	F. 118	F. 120	F. 122	F. 124	F. 126	F. 128	F. 129	
1	SEPT	SEPT	SEPT	SEPT	SEPT	SEPT	SEPT	OCTAVO	OCTAVO	20
2	SET	SEPT	SEPT	SET	SET	SET	SET	OCTVO	OCTAVO	1
3	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	OCTVO	OCTAVO	1
4	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	OCTVO	OCTVO	10

- 17 Destas tabelas resulta a imagem de uma grande mistura, embora se veja, nas primeiras linhas de cada uma, uma maior concentração de exemplares. Do cruzamento das quatro tabelas, David Jackson propõe uma quinta.

Tabela 5. Cruzamento das Tabelas 1 a 4

	Tabela 1	Tabela 2	Tabela 3	Tabela 4	Número de exemplares
1	1	1	1	1	17*
2	1	1	3	1	2
3	1	2	1	1	2
4	1	?	2	?	1**
5	2	3	4	2	1
6	3	4	6	4	6***
7	3	4	5	4	3
8	4	4	5	4	1
9	3	5	6	3	1
10	5	(5)	(4/6)	?	1****

* Um destes é um *fac-simile* que não tem significado, igual aos modelos. Em rigor devemos, referir dezasseis exemplares.

** Exemplar em *fac-simile* cujo interesse está no facto de não ser igual a nenhum conhecido.

*** Um destes é a edição de Teófilo Braga, de 1898, igual aos modelos. Em rigor, devemos referir cinco exemplares.

**** **EXEMPLAR INCOMPLETO.**

- 18 Parecia pois inquestionável a tese segundo a qual, numa mesma oficina, ao longo da impressão, se foram misturando as folhas. Não era possível imaginar que duas oficinas diferentes tivessem trocado folhas com variantes de impressão. Um ou outro caso ainda se poderia justificar por encadernação posterior, realizada por livreiro ou bibliófilo a partir de exemplares incompletos de edições diferentes, mas um tão grande número de cruzamentos teria de ter outra explicação. Ao longo de um processo de impressão demorado, muitos erros foram sendo identificados e corrigidos, e os exemplares mais frequentes seriam o resultado desse processo. António Gonçalves teria sido o único impressor, de uma única edição, com a flexibilidade que se constata. Mas, entre as dúvidas da primeira hora, ficava por explicar a mudança da gravura do frontispício. Porquê fazer uma segunda, claramente um decalque da primeira? Tinha-se deteriorado? Tinha-se perdido?
- 19 Na realidade, não ficava apenas essa dúvida. A tese da edição única não respondia a três objecções.
- 20 A primeira é de que não há apenas correcções pontuais, em dezenas de páginas. As páginas são novas. Mesmo naquelas onde não se vê qualquer correcção, percebe-se que o texto foi de novo composto.

- 21 A segunda decorre do estudo da gravura do frontispício. Tendo de considerar, não apenas os exemplares desta edição, mas todos os livros onde a mesma gravura foi usada, chega-se a uma cronologia que não autoriza a ideia de que, a meio do processo de impressão, António Gonçalves se viu obrigado a fazer uma nova.



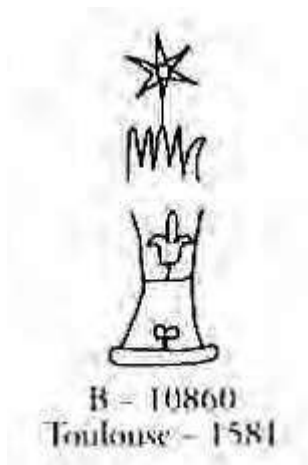


- 22 A gravura com o pelicano para a esquerda foi usada, segundo João Ruas e Artur Anselmo, em pelo menos dezassete livros diferentes, entre 1548 e 1598. Qualquer análise deste processo tem de ter em conta que a gravura é muito anterior e sobrevive ainda à edição de *Os Lusíadas* feita por António Gonçalves.
- 23 Podemos ver alguns exemplos:
- 24 As duas primeiras são portadas de livros anteriores a 1572, ambos da oficina de Germão Galhardo, em Lisboa. O primeiro é a *Historia de nossa redenção* (1552).⁴ O segundo, provavelmente de 1555, é o livro de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Summario e[m] que brevemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*.⁵ O terceiro livro, impresso por António Alvarez em Lisboa, em 1598, é, *Ho auto ... Breve sumario da historia de Deus*, de Gil Vicente. Nota-se o desgaste da gravura, o desaparecimento de elementos que existiam inicialmente. Mas parece evidente que a gravura passou de umas oficinas para outras, tendo pertencido a Germão Galhardo (entre 48 e 63), a António Gonçalves (entre 70 e 72), a António Ribeiro (em 86) e a António Alvarez (entre 94 e 98).





- 25 E a gravura com o pelicano para a direita? Também se conhece outro uso, não num frontispício, mas em cortinas, separando as partes primeira (devoção), segunda (comédias) e quinta (farsas) da “Compilaçam”, de Gil Vicente na edição de 1586 de Andres Lobato.⁶
- 26 Nestas páginas, vemos um decalque que muda a orientação esquerda-direita dos diversos elementos relativamente à gravura de António Gonçalves. Um decalque realizado provavelmente por Andres Lobato, e não depois de 1586. De resto, de notar apenas a inversão do plinto na quinta parte.
- 27 Finalmente, os argumentos que se baseiam no estudo do papel, e das suas marcas de água, feito por João Ruas são decisivos. Todas as folhas identificadas em exemplares com o pelicano para a esquerda podem ser datadas de 1566 a 1570. Pelo contrário, os exemplares com o pelicano para a direita têm papel que terá sido produzido entre 1574 e 1581. Acresce que António Gonçalves usa, noutros livros que imprime entre 1570 e 1574, o mesmo tipo de papel que se encontra nesse primeiro conjunto, sempre anterior a 1571, enquanto o papel do segundo conjunto é usado por Andres Lobato em livros publicados entre 1583 e 1586.
- 28 Um exemplo apenas, dos muitos que João Ruas apresenta. Esta filigrana está identificada em papel proveniente de Toulouse, de 1581.



B - 10860

TOULOUSE - 1581

- 29 Este argumento é, como se percebe, decisivo. Papel fabricado em 1581 não foi certamente usado oito anos antes. E, apesar de termos acesso a dezenas de edições digitalizadas, a análise do papel continua a ter de ser feita nos próprios exemplares. Mas então como conciliar estes argumentos com as evidências de múltiplos cruzamentos de páginas?
- 30 Voltando às tabelas anteriores, vemos que o próprio David Jackson nos fornece elementos para uma história diferente. Existem muitos cruzamentos, isso é indesmentível. Mas nos dados e tabelas é possível verificar uma separação nítida de que não se falara. As variações identificadas nas primeiras cinco linhas da Tabela 5 nunca se cruzam com as variações das linhas 6 a 10 da mesma tabela. O próprio David Jackson fornece o argumento final, a favor da tese da existência de duas edições diferentes, cada uma com uma história de impressão onde se vão juntando e corrigindo folhas. Os seis exemplares correspondentes às linhas 2 a 5 da Tabela 5 têm folhas com pequenos erros entretanto corrigidos, ou variações entretanto fixadas (como a substituição “ão/am”, ou a correção de foliações ou identificação de cantos). Já a cerca de uma dezena de exemplares identificados nas linhas 6 a 10 dessa mesma tabela é mais variada, mas claramente pode ser identificada como momentos da produção da contrafacção, por Andres Lobato. E, aqui, a sequência ganha outros pormenores, tanto na relação entre estas duas edições como na relação entre a edição-pirata e as do seu tempo, já que é plausivelmente posterior, mas próxima da que Manuel de Lyra publicou em 1584.
- 31 Vemos que a variante “Entre” já estava num exemplar da edição de António Gonçalves⁷ e se mantém nas edições de Manuel de Lyra. O mesmo não acontece com o erro “Maia/Maria”, que foi introduzido pela edição-pirata e resulta do facto de o compositor não ter lido a nota no exemplar de Manuel de Lyra. Ou seja, é possível que o exemplar usado para fazer as cópias fosse um dos primeiros saídos do prelo de António Gonçalves, que também teria servido de modelo a Manuel de Lyra. O mesmo raciocínio se pode aplicar a outros erros, compreensivelmente copiados pela edição-pirata, que não confrontou exemplares. Usou certamente um apenas, e esse era claramente anterior a correções que foram sendo introduzidas e que resultaram nos exemplares mais perfeitos. Já as várias edições de inícios do século XVII, tanto de Craesbeeck como de Vicente Alvarez, reproduzem a versão “E entre”. Não copiaram nem a edição de Manuel de Lyra, nem a de Andres Lobato.
- 32 Não parece haver dúvidas de que este livro teve um sucesso comercial que justificou as várias edições ainda no século XVI. Quando, nos anos 80, Manuel de Lyra decidiu pela

primeira vez republicar o livro, acreditava que a obra ainda teria leitores e compradores. O mesmo raciocínio fez (imagina-se que logo depois), Andres Lobato. Manuel de Lyra talvez não tivesse feito a sua edição se no mercado estivessem já os novos exemplares da suposta primeira. E esta permite ultrapassar, como supostamente original, a que entretanto fora impressa. Passados uns anos, continua a haver leitores e compradores suficientes para voltar a publicar a mesma obra, tanto legal como clandestinamente.

- 33 Terminamos com uma pequena história de alguém que teve um destes exemplares, no final do século XVI e nele escreveu um pequeno comentário. Esse é, aliás, um dos argumentos que sempre levou a acreditar que as edições que se podem hoje atribuir a Andres Lobato eram originais. Um desses exemplares tinha pertencido a Frei José Índio, que havia conhecido o poeta e sobre isso escrevera uma nota no próprio exemplar. A proximidade do leitor ao autor dava crédito à edição. Mas agora é possível ler estas linhas de outro modo, a partir da nova datação alternativa. Frei José Índio escreve as suas notas já após a morte do poeta, e isso é compatível com a saída da edição-pirata, por volta de 1585. Porque é que este leitor havia de duvidar que adquirira a edição de António Gonçalves? Não tinha razões para isso, não confrontara exemplares e a questão nem sequer se lhe colocava. Com o livro na mão, sentia-se de novo próximo de um poeta que conhecera e que o impressionara. As fortunas (boa e má) do poeta juntavam-se no interesse que o livro suscitava. E no seu exemplar escreveu:

“q cosa mas lastimosa q ver un tal gran ingenio mal logrado yo lo ui morir en un hospital en Lysboa sin tener una sauanda com que cubrirse despues de aver triunfado en la India Oriental y de auer nauegado 5500 Leguas per mar q aviso ta grande pa los q de noche y de dia se cansan estudiando sin provecho como a araña en urdir tellas pa casar moscas.”⁸

BIBLIOGRAPHY

Agudo, Francisco Dias, “A Edição d’Os Lusíadas de 1572”, *Garcia da Orta: Revista da Junta de Investigações do Ultramar* [Lisboa], Número Especial Comemorativo do 4.º Centenário da Publicação de “Os Lusíadas”, 1972.

Anselmo, Artur, *Camões e a Censura Literária Inquisitorial*, Braga, Barbosa & Xavier, 1982.

_____, *Livros e Mentalidades*, Lisboa, Guimarães, 2002.

Bismut, Roger, “La Critique textuelle des *Lusiades*.” *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*. Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de “Os Lusíadas,” 1973.

Jackson, K. David, “Camões and the First Edition of *The Lusiads* [Os Lusíadas], 1572: Na Introduction to the CD-ROM”, Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts, Dartmouth, 2003.

Morgado de Mateus, *Os Lusíadas de Luís de Camões*, Paris, Firmin Didot, 1817.

Noronha, Tito de, *A Primeira edição dos Lusíadas*, Porto/Braga, Livraria Ernesto Chardron, 1880.

Payan Martins, Maria Teresa, *Livros Clandestinos e Contrafações em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Colibri, 2012.

Ribeiro, Aquilino, “A Edição *Princeps* dos *Lusíadas*.” *Boletim da Junta de Província da Estremadura*. 1946; reimpresso in *Revista Ocidente*, 138, 1949.

Rodrigues, José Maria, “Introdução”, *Os Lusíadas* de Luís de Camões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1921.

Ruas, João, “Os dois pelicanos”, in *Os Lusíadas de Luís de Camões. Restauro da primeira edição de 1572*, Lisboa, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2009, pp. 21-65.

Savelli, Rodolfo, “La biblioteca disciplinata. Una ‘libreria’ cinque-seicentesca tra censura e dissimulazione” in *Tra storia e diritto. Studi in onore di Luigi Berlinguer* promossi dalle Università di Siena e di Sassari, Soveria Mannelli, Rubbettino, 2008, II, pp. 865-944.

NOTES

1. Devo aqui registar o modo como, pela dinâmica criada no grupo, e muito pelas qualidades de Artur Anselmo, fui levado a mudar de perspectiva sobre o assunto de que aqui trato. Só tenho de estar grato por isso.
2. Ver, por exemplo, Artur Anselmo, “Coelho, Manuel” in Vítor Manuel Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho, 2011, pp. 269-270.
3. Teresa Payan Martins aborda diversos problemas para o século XVIII que podem ser considerados também em períodos anteriores. Ver Maria Teresa Payan Martins, *Livros Clandestinos e Contrafacções em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Colibri, 2012. Um exemplo do estudo da flexibilidade do livro impresso desse final de quinhentos pode ler-se em Rodolfo Savelli, “La biblioteca disciplinata. Una ‘libreria’ cinque-seicentesca tra censura e dissimulazione” in *Tra storia e diritto. Studi in onore di Luigi Berlinguer*, Università di Siena e di Sassari, Soveria Mannelli, Rubbettino, 2008, II, pp. 865-944.
4. <http://purl.pt/15151>.
5. <http://purl.pt/14435>.
6. <http://purl.pt/15106>, ver fólhos 1, 105 e 216.
7. Exemplar que se conserva na British Library.
8. Exemplar conservado no Harry Ranson Center, Universidade de Texas.

ABSTRACTS

O presente artigo confronta os argumentos do antigo debate em torno das diferenças entre os exemplares de *Os Lusíadas* identificados como tendo sido impressos por António Gonçalves em 1572. Apresenta o que levava a pensar que se tratava de correcções numa mesma edição a par do que fundamenta a tese de que muitos dos exemplares conhecidos foram efectivamente impressos mais de uma década depois, por Andres Lobato.

This paper addresses the arguments of the old debate about the differences between the copies of the *Os Lusíadas*, identified to have been printed by António Gonçalves in 1572. It features what led to think that they were copies of the same edition, in which corrections were inserted, facing the

elements grounding the thesis that sustains that many of these copies were actually printed more than ten years later by Andres Lobato.

INDEX

Keywords: Os Lusíadas, printing press, counterfeiting

Palavras-chave: imprensa, contrafacção

AUTHOR

JOÃO LUÍS LISBOA

CHAM/FCSH-UNL e UAç.

Docente da FCSH, Universidade Nova de Lisboa e director do Centro de História da Cultura da UNL entre 2004 e 2014, foi responsável nesta unidade de investigação pelo grupo «Livro e leitura». Pertence à equipa do projecto «Iconografia do livro impresso em Portugal (séculos XV-XVIII) – marcas tipográficas e insígnias de papeleiros» e actualmente faz parte do grupo «Leitura e formas da escrita», coordenado por Artur Anselmo no CHAM.

Teacher at the FCSH, Universidade Nova de Lisboa, and director of the Centro de História da Cultura da UNL between 2004 and 2014, he was responsible in this research unit for a group on “Books and reading” and participates at the team of the project “Iconography of the printed books in Portugal (15th-18th centuries) – typographical marks and watermarks”. Currently he belongs to the group “Reading and the forms of writing, coordinated by Artur Anselmo at the Portuguese Centre for Global History (CHAM).